



MINISTÉRIO DA CULTURA
DESPACHO DECISÓRIO Nº 6/2023
DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO Nº 006 - PREGÃO ELETRÔNICO 11/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO: **01400.008903/2023-93**

DO OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículo adaptado para ser usado como equipamento cultural móvel (MovCEU), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

IMPUGNANTE: MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA

1. DA ADMISSIBILIDADE

1.1. Nos termos do item 24 do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 11/2023, em consonância com o disposto ao Art. 24 do Decreto 10.024, de 2019, é assegurado a qualquer pessoa impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

1.2. Com efeito, observa-se a tempestividade da Impugnação realizada pela empresa supramencionada, encaminhando-a em tempo hábil, no dia 29/11/2023, via e-mail compras.minc@cultura.gov.br. Neste sentido, reconhecem-se os requisitos de admissibilidade do ato de impugnação, ao qual passa-se a apreciar o mérito para decisão dentro do prazo legal, sem efeito suspensivo.

2. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

2.1. Em síntese a empresa apresenta impugnação contra

a) item do edital "9.14.1.3. *Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729/79(Lei Ferrari), assegurando ser a licitante empresa autorizada a venda de veículo novo/zero quilometro e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante*" por entender que limita o universo de competidores e viola o princípio da competitividade;

b) restrição da competitividade na exigência de Potência 170cv/3500rpm (ou mais), declarando que apenas uma empresa teria a capacidade de atendimento "*implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de veículos manufaturados por outros fabricantes*".

3. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

a) solicita retirada a exigência de *Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729/79(Lei Ferrari)*;

b) solicita alteração do Instrumento Convocatório, passando a aceitar veículos com potência mínima de 160CV.

4. DA MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

4.1. Considerando que as alegações apresentadas tratam de assuntos de ordem técnica, os autos foram endereçados ao setor demandante, que se pronunciou por meio da Nota Técnica 40 (SEI nº 1522252), sendo assim consubstanciada:

(...)

9.2. Se opõe ao item do edital "9.14.1.3. *Comprovação do estrito cumprimento da Lei nº 6.729/79(Lei Ferrari) assegurando ser a licitante empresa autorizada a venda de veículo novo/zero quilometro e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante*" por entender que limita o universo de competidores e viola o princípio da competitividade.

9.3. Esta solicitação é similar à solicitação de impugnação 01, analisada no item 4 desta Nota Técnica, prevalecendo o mesmo entendimento.

9.4. Acerca da Performance, alega restrição da competitividade na exigência de Potência 170cv/3500rpm (ou mais), declarando que apenas uma empresa teria a capacidade de atendimento "*implicando clara preferência por marca e alijamento da oferta de veículos manufaturados por outros fabricantes*". Entretanto essa afirmação não é verdadeira, uma vez que:

a) A exigência se justifica pela necessidade de atendimento às localidades descritas na Portaria nº 71/2023 (1436126).

Art. 2º O MovCEU é um equipamento cultural itinerante para a realização de ações culturais em áreas predominantemente ocupadas por famílias de baixa renda, inseridas em municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, em áreas rurais, ou em áreas urbanas com restrições para construção de equipamentos culturais públicos, garantindo-se o acesso à infraestrutura para formação, fruição e produção cultural.

b) Existem outros modelos, além da empresa a respeito da qual o impugnante alegou preferência, por exemplo, os modelos Ford L2H3 (170CV/3500rpm), Ford L3H3 (170CV/3500rpm) e o modelo Iveco Daily 55-180 (180CV/3500rpm).

c) Nesse mesmo item contem a observação, ocultada pelo impugnante em sua alegação: "*Em caso de veículo elétrico ou híbrido, a performance deve ser equivalente*", deixando evidente a preocupação em ampliação da participação, inclusive por empresas de veículos elétricos e híbridos.

9.5. Sendo assim, não prospera a alegação acerca da potência do veículo determinada em edital.

5. CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

5.1. Após a avaliação da Equipe Técnica dos fatos supostamente impugnáveis, preservando o princípio da isonomia e estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, considera-se improcedente o pedido de impugnação ora apresentado.

6. DECISÃO

6.1. Diante do exposto, CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO, uma vez que presente os pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, subsidiado pela área técnica demandante, e com lastro nos posicionamentos levantados, decidindo pela IMPROCEDÊNCIA do Pedido de Impugnação nº 006 ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 11/2023, interposto pela empresa **MABELÊ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.**

6.2. É a decisão.

FREDERICO GUIMARÃES CARDOSO

Pregoeiro oficial



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Guimarães Cardoso, Pregoeiro**, em 08/12/2023, às 02:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1537189** e o código CRC **3FBBD203**.

Referência: Processo nº 01400.008903/2023-93

SEI nº 1537189